



Universidade
Estadual de
Londrina

SIMONE DO PRADO SILVA

SEXUALIDADE INFANTIL: O QUE FAZER?

UM OLHAR PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LONDRINA
2010

SIMONE DO PRADO SILVA

SEXUALIDADE INFANTIL: O QUE FAZER?

UM OLHAR PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Ms. Marta Regina Furlan
de Oliveira

LONDRINA
2010

SIMONE DO PRADO SILVA

SEXUALIDADE INFANTIL: O QUE FAZER?

UM OLHAR PARA O TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Londrina.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Ms. Marta Regina Furlan de Oliveira
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Anilde Tombolato Tavares da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Jaqueline Delgado Paschoal
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 18 de Outubro de 2010.

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família que acredita e sempre acreditou em mim, principalmente na finalização deste trabalho de conclusão de curso. Às minhas irmãs que ficaram muitas tardes de domingo me ouvindo falar sobre sexualidade infantil, a minha mãe pela preocupação constante e ao meu pai pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela oportunidade e possibilidade de realizar este curso.

À professora Marta Regina Furlan de Oliveira que contribuiu para a realização deste trabalho como orientadora e amiga, pelo saber, conhecimento, paciência, discussões e correções.

À minha família pela paciência, confiança, incentivo e preocupação constante.

Aos professores e minhas colegas que me ajudaram e incentivaram a todo momento a conclusão deste trabalho.

A todos que contribuíram diretamente e indiretamente para a realização e finalização deste estudo.

A sexualidade, enquanto possibilidade e caminho de alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios de nosso corpo ou se os tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

Paulo Freire

SILVA, Simone do Prado. **A sexualidade infantil: o que fazer?** Um olhar para o trabalho pedagógico na educação infantil. 2010. 55 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

RESUMO

O presente trabalho teve como principal objetivo discutir a sexualidade infantil e a importância da formação de professores para essa discussão com crianças na educação infantil. Justificou-se a intenção do mesmo, no sentido de mostrar as questões da sexualidade, a influência da mídia, e principalmente o contexto do trabalho pedagógico dentro da educação infantil. Desse modo, acreditou-se na necessidade de uma formação continuada e que abrangesse os desafios postos a essa temática, de maneira a vir discutir a sexualidade infantil de forma natural e necessária. Como metodologia, optou-se pela pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico, onde buscou-se, em primeiro momento, analisar a história da infância e da sexualidade humana, tecendo um olhar para as influências da cultura midiática para esse assunto. Ainda, na segunda sessão, tratou-se de refletir acerca da importância da educação infantil para o desenvolvimento sexual da criança e da formação da identidade e, como o trabalho pedagógico dentro da educação infantil pode e deve auxiliar nesse desenvolvimento da sexualidade infantil. Como resultado desse estudo, verificou-se que trabalhar a educação sexual na primeira infância é importante para a formação do indivíduo e, principalmente, da necessidade de uma formação de professores voltados para as questões sexuais que oriente suas crianças, respeitando suas singularidades.

Palavras-chave: Infância. Sexualidade. Formação de professores.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A INFÂNCIA E A SEXUALIDADE INFANTIL: OLHARES CONTEMPORÂNEOS	10
2.1 INFÂNCIA (S) CONTEMPORÂNEA (S)	10
2.2 A SEXUALIDADE INFANTIL	16
2.2.1 Desenvolvimento Psicosssexual em Freud	23
2.3 A SEXUALIDADE INFANTIL E A CULTURA MUDIÁTICA	27
3 AS FINALIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: O FAZER POSSÍVEL NO ASSUNTO SOBRE SEXUALIDADE INFANTIL	32
4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	41
4.1 FORMAÇÃO DE EDUCADORES SEXUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

É no ambiente escolar, principalmente da educação infantil que a criança tem a oportunidade de desenvolver a aprendizagem e, principalmente, suas habilidades cognitivas, físicas, motoras, emocionais e afetivas. Para que tal objetivo se efetive na educação infantil, se faz necessário professores qualificados e comprometidos com o trabalho efetivo junto às crianças, respeitando suas individualidades e descobertas.

Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo discutir a infância, a sexualidade infantil e a formação de professores na educação infantil, levando em conta o desenvolvimento da sexualidade na primeira infância, tema esse que precisa ser melhor compreendido em espaços de educação infantil.

Para a realização desse trabalho, optou-se pela pesquisa bibliográfica, através de estudos e de análise documental, procurando refletir a alguns aspectos da sexualidade infantil e, como se constitui a formação de professores na educação infantil para esse assunto.

Sabe-se, contudo, que na contemporaneidade tem-se configurado uma imagem de infância que se aproxima da imagem do adulto e vice-versa, seja nos seus estilos, preferências, comportamentos e, o que mais tem sido preocupante, são as ações e reações infantis que se manifestam frente ao conceito do mercado, quando estimula a erotização infantil.

Para esse estudo, teve-se como categoria de análise a compreensão do conceito “sexualidade infantil” e a formação do professor para lidar com esse assunto no trabalho direto com crianças pequenas. Para tanto, ao introduzir o leitor nessa pesquisa, são apresentados os capítulos e/ou sessões que possibilitaram, por meio de um percurso teórico/bibliográfico, a aproximação do tema em estudo.

No primeiro capítulo, *A infância e a sexualidade infantil: olhar contemporâneo*, procurou-se realizar um resgate histórico sobre as concepções de infância, sua importância e a valorização no decorrer da história, onde a criança passou a ser entendida como sujeito histórico e de direitos. Buscou-se também esclarecer as questões sexuais na primeira infância, bem como o

estudo acerca do desenvolvimento psicosssexual da criança e, principalmente, como a cultura midiática influencia no comportamento das mesmas, incentivando para a erotização do corpo e a exposição precoce pela criança.

No segundo capítulo, *Educação infantil: o fazer possível no assunto sobre a sexualidade infantil*, buscou-se mostrar que a educação infantil passa por mudanças que buscam compreender o significado de criança, de infância, tecendo um olhar específico para as necessidades infantis e, principalmente, desenvolver práticas pedagógicas condizentes com as necessidades e interesses da criança. Analisaram-se, também, documentos, leis, emendas e estatutos que visam compreender e apontar os direitos da criança diante da sociedade e da família. Ainda, a preocupação se fez pelo direito da criança de conhecer o seu corpo e sua sexualidade, por meio de atuações docentes coerente com uma formação profissional comprometida com a educação infantil.

E no terceiro capítulo, *Formação de professores: quando o assunto é sexualidade infantil*, analisaram-se documentos que tratam da importância da formação de professores e de educadores sexuais na primeira infância e, de como esses educadores devem proceder diante de situações em que a criança manifeste sua sexualidade, procurando não traumatizá-la com atos e palavras que a assuste e, assim, comprometer seu entendimento diante da descoberta da sexualidade.

Por tudo isso, entendeu-se que a apropriação de uma teoria que permita uma leitura para além do que está posto socialmente acerca da sexualidade infantil, devolve efetivamente aos espaços de educação infantil e, especificamente, ao professor, o exercício de sua atividade intelectual ao viabilizar uma nova atitude como professor de educação infantil, pautada nos pressupostos de valorização do ser infantil e, oportunizando para cada criança, o desenvolvimento de suas possibilidades humanas, sociais, sexuais e afetivas, principalmente de sua individualidade infantil.

2 A INFÂNCIA E SEXUALIDADE INFANTIL: OLHARES CONTEMPORÂNEOS

Esta seção primeira reflete a preocupação em analisar o que vem a ser a (s) concepção (ões) de Infância (s) posta (s) na contemporaneidade. A concepção de infância conforme conhecemos nos dias de hoje sofreu mudanças no decorrer da história social, sendo que conforme se processaram as mudanças sociais mais amplas, assim o conceito de educação e de infância veio sendo alterado. Para tanto, constata-se que a criança é um sujeito construído historicamente, e que passou por diversas mudanças e rupturas.

2.1 INFÂNCIA (s) CONTEMPORÂNEA (s)

Ao definir o que seja infância, vemos no dicionário Aurélio, seu seguinte significado: “período da vida humana desde o nascimento até cerca de 12 anos. Começo, origem: a infância do mundo”. No entanto, ao referir-se a história vemos que esse conceito tem conotações diferenciadas em cada contexto social, cultural e educacional. Para Didonet (1997 p. 92-94):

A criança é um sujeito histórico. [...] Como sujeito social, a criança é parte intrínseca de uma família, membro de uma comunidade, inserida numa sociedade. [...] O desenvolvimento da criança processa-se por meio de suas interações com o meio social e físico. [...] A criança é um todo orgânico, físico e psicológico. [...] Todo o desenvolvimento se dá por meio da ação. [...] A ludicidade é uma característica essencial da criança. [...] Cada criança tem seu momento e seu ritmo próprio. [...] A inteligência não é herdada geneticamente. [...] O conhecimento é construído e reconstruído pela criança. [...] Aprendizagem e desenvolvimento estão profundamente relacionados.

Já Santos e Bruns (2000 p.16) afirmam:

A infância não existia e a criança era considerada um adulto em miniatura. Nas escolas, não havia divisão de classes por idade, condição que a Igreja tratou de modificar em razão da perniciosa influência sexual dos mais velhos sobre os mais novos. [...] A idéia de infância, como fase distinta da vida, inicia-se no século XVIII e o filósofo Rousseau em sua obra *Emílio*, ou da Educação, delimita as idades e o que é próprio de cada uma, bem como o que é próprio de cada sexo. Para os meninos, a preparação para assumir as responsabilidades sociais, o casamento e a paternidade são as mais importantes. Às meninas cabem as instruções para o casamento, a maternidade, para que sejam firmes e modestas submissas e, ao mesmo tempo, que orientem os maridos em tudo que se refira à sensibilidade.

De acordo com os autores Nunes e Silva (1997 p. 20-24) para compreendermos a infância temos que entendê-la nos seus aspectos históricos e pedagógicos, pois a infância sempre esteve ligada aos modelos de sociedade e as suas necessidades.

Na Idade Média, por exemplo, a partir dos relatos de Áries (1981), os autores empregam sobre a infância e criança uma terminologia puramente verbal: infância e puerilidade, o mundo da *puerícia*, *pueri aetate* era distinto da “primeira infância”, contrastando-se com os quadros e etapas da juventude e adolescência, velhice e senilidade. [...] No século IX a vida era dividida em etapas bem delimitadas correspondendo a tipologias idiossincráticas peculiares que agregavam os modos de atividade, tipos físicos, as funções e modos de vestir de cada período. [...] os séculos XII e XIII, não se afirmava, na iconografia da época, a representação positiva da idéia de um “ser criança”. Até mesmo as estátuas eram ornamentadas com o corpo de adultos, somente a iconografia profana reserva inscrições sobre as “idades da vida” destacando a criança. [...] Somente por volta do século XIII surgiram os ícones de simbolização peculiar de alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentido moderno. [...] Na fase gótica a criança já aparece nua nas telas, porém assexuada. [...] No século XVII, surgimento de novos conceitos sobre a criança a partir de seus trajes. O traje era bem definido para as idades infantis, onde a criança bem pequena usava vestido sem *guias* (*espécie de alça que funcionava como “rédeas”*) e depois, com o avanço da idade, passava a vestir-se com vestimentas que continham as ditas *guias*, após esta etapa eram vestidos com adereços que continham *gola*, quer nos vestidos curtos e

compridos que marcavam as variações entre meninos e meninas. Ocorria somente entre os meninos a diferenciação de trajés.

Ou seja, em cada período histórico a infância está definida às condições sociais da época. As brincadeiras, vestimentas e a escola são criadas de acordo com cada época.

Muitos autores acreditam que uns dos fatores que mais influenciaram o conceito de infância foram às vestimentas utilizadas no decorrer dos séculos, onde as crianças eram vistas como adultos e não tinham roupas apropriadas para a idade e suas necessidades, fazendo com que ela se comportasse como adulto em tamanho reduzido. Essas vestimentas não permitiam à criança que ela tivesse mobilidade para brincar e se comportar como criança.

Como nos relata Nunes e Silva (1997 p. 24-25):

Assim partindo do século XIV em que a criança se vestia como os adultos, chegando ao traje especializado da infância que hoje nos é familiar, conservavam o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do traje, nem do trabalho, nem dos jogos e brincadeiras. [...] As brincadeiras revelam que não havia separação entre meninas e meninos e que podiam usufruir de todas as formas de brinquedos, brincavam todos de boneca, balanço, marionetes e outros jogos, não havia discriminação moderna entre meninos e meninas, ambos usavam o mesmo traje, o mesmo vestido, e tinham as mesmas orientações lúdicas e institucionais. A infância tornava-se o repositório dos costumes abandonados pelos adultos, isto é, era um período saudado como “feliz”, que mereceria toda a preservação dos adultos que não podiam mais partilhar dele.

Desse modo, “somente ao final do séc. XVIII é que o traje das crianças tornou-se mais apropriado e permitiu que as crianças ficassem mais à vontade. Aos quatro ou cinco anos deixaram de usar vestidos com gola, para usarem saiotés mais curtos”. (NUNES e SILVA, 1997 p. 37).

A infância torna-se ‘uma invenção dos tempos modernos’, haja vista que verificamos que tem sido definida em alguns momentos por alguns fatores e fatos, sejam eles pela idade ou meramente pela imaturidade que o

adulto diz que a criança possui. Para o adulto a criança é um ser em construção e que ainda estão cercados por atividades cotidianas, brincadeiras e tarefas que não lhes permite ser ainda um adulto. Percebemos que esse conceito de infância está ligado aos aspectos históricos e sociais na qual a criança está inserida, onde a criança está aprendendo a tornar-se um “adulto”.

Esse período de se tornar um “adulto” está condicionado a uma sociedade capitalista, que necessita de mão de obra qualificada num futuro próximo. Então, essa criança passa a ter seu papel social na sociedade, onde essa começa a ser cuidada, escolarizada e, principalmente, preparada para sua atuação futura dentro dessa sociedade.

Outro ponto que modifica essa condição de infância é que a criança passa a ter um novo lugar dentro da família. A criança antes vista como um “adulto em miniatura”, agora passa a ocupar um lugar mais afetivo dentro da família. Começa-se a compreender que a criança ainda está em “construção” e que necessita de cuidados e atenção.

Conforme Azevedo e Silva (1999 p. 35):

Começa-se a trabalhar e defender a noção de inocência infantil. No momento em que a criança começa a ser associada à idéia de inocência, de pureza, passa-se também a defender a necessidade de “protege - lá”.

Inferimos que a infância é o período das descobertas e das primeiras cognições de mundo da criança. O adulto deve ser um mediador sensível desse “ser em criação”, participando e auxiliando nas dificuldades e experiências que a criança venha a vivenciar, pois o desenvolvimento humano se dá de forma processual e contínua, a partir das relações estabelecidas no social.

Nesse sentido, sabe-se a partir de um enfoque histórico-cultural que cada criança apresenta um desenvolvimento dinâmico, ativo e interativo, constituindo uma forma singular de aprender, que a diferencia em alguns momentos e a assemelha em outras. Quando observamos nossas crianças, podemos perceber que, apesar da semelhança cronológica, existem diferentes infâncias: 1) criança pertencente às famílias com nível sócio-

econômico alto, que brinca e estuda, mas tem uma rotina preenchida com inúmeras atividades (esportes, estudo de línguas estrangeiras, artes, etc); 2) criança que participa da formação da renda familiar e, por isso trabalha e nem sempre pode estudar; 3) criança que, nas grandes cidades, acompanha os adultos ou até mesmo outras crianças, e fica pedindo esmolas ou cometendo pequenas infrações; 4) criança que ajuda o pai ou a mãe nas tarefas diárias de casa ou do trabalho, aprendendo desde cedo uma profissão e outros tipos de infâncias que não são mencionadas nesse trabalho.

Todas são crianças, porém suas situações de socialização, condições de vida, tempo de escolarização, de brincadeiras e de trabalho são diferentes. É fundamental que tenhamos consciência dessas diferenças para que saibamos conhecer melhor as crianças, com quem convivemos e com quem, como educadores, têm responsabilidade.

Entretanto, o que se tem verificado no cotidiano de vida das crianças várias influências para com a formação de seus valores, conceitos. O que antes cabia apenas a família, hoje se o que vemos é uma influência sem medida dos meios de comunicação, principalmente a televisão e internet que tem influenciado crianças em todas as áreas de sua vida, principalmente a sua vida sexual. Talvez pode-se ousar afirmar a ausência dos pais, pelo próprio processo de mudança do mundo do trabalho em que tanto os homens quanto as mulheres estão inseridos no mundo da produção e do mercado e, desse modo, a presença dos meios de comunicação. Se antes, na Idade Média, eles serviram para fomentar o desenvolvimento da concepção moderna de infância, hoje a mídia promove a (des) infantilização de crianças, provocando, entre outras conseqüências, a erotização precoce.

Alguns dos fragmentos que compõem o contexto da infância contemporânea são cruciais nesse processo, tais como a moda, as novelas destinadas ou não a jovens, as músicas e a publicidade, são incentivos ao consumo precoce e ao próprio desenvolvimento da sexualidade infantil. Especialistas são unânimes quando ressaltam o perigo da exposição de crianças pequenas ao conteúdo não adequado para a sua idade. Isso nos permite pensar que hoje os conteúdos transmitidos, principalmente pela televisão, são destinados tanto para os adultos quanto para as crianças, sem qualquer alteração.

Nesse sentido, a mídia é um dos fatores que mais influenciam as crianças, incentivando a erotização. Especialmente através da televisão, cria-se condições de incentivo a produção de crianças com comportamento erotizado. São programas infantis, novelas para adolescentes, programas exibidos em horários inadequados e outros fatores que aceleram esse processo. Por vezes, esta produção é sutil, revelando-se, por exemplo, no modo de vestir adulto; na forma de posar e fotografar; em outras, a ascensão e imitação de comportamentos erotizados do mundo adulto, é explícita, chegando a ser, até mesmo, grotesca.

A música também merece uma atenção especial. Grupos como É o Tchan e outras bandas do gênero incentivam a precocidade. O fenômeno desse grupo de pagode fez com que várias meninas se vestissem como as dançarinas da banda, roupas curtíssimas, para imitar as coreografias. Proliferou-se de tal forma a dança da “Boca da garrafa” e do “Segura o Tchan” que tornou-se normal ver meninas com menos de 10 anos rebolando sensualmente. A cena se repetia na televisão, inclusive em programas infantis, escolas e até mesmo, dentro do seio familiar.

Essas músicas causam efeitos danosos para as crianças, que sentem a diferença entre o brinquedo inocente e a o apelo sexual da música.

Segundo Veiga, (2000 p.42-45):

O mercado já captou essa precocidade, disponibilizando vários produtos direcionados para as pequenas. Entretanto, como toda indústria, a moda está atenta para os lucros, não mede conseqüências. As garotas, incentivadas pela mídia, aprendem a passar batom com pouca idade, usam roupas sensuais e dançam músicas com apelos sexuais. Os programas infantis também fomentam a troca das bonecas e brincadeiras pelas horas na frente do espelho, modelitos produzidos e altos papos.

A criança precisa viver seu desenvolvimento sexual de forma natural, sem ninguém incentivando.

Será que as crianças da atualidade estão resgatando os atos daquelas que viveram durante o século XVIII. Observa-se que, de certo modo, a infância passa a adquirir características semelhantes à concepção que

perdurou até o século XVIII. Afinal, as crianças de hoje passam a se comportar, vestir e viver de acordo com o mundo adulto.

A etapa histórica que estamos vivendo, marcada pelo avanço tecnológico-científico e por mudanças ético-sociais, apresenta os requisitos necessários para que finalmente a Educação dê um salto no sentido de compreender a criança como sujeito social e, portanto, um sujeito com direitos.

Mas esta mudança só será possível se a família e a escola forem capazes de compreender, seguindo o pensamento de Frabboni (1998, p.69) que a criança é:

[...] Séria, concentrada, empenhada em ampliar por si mesma seus próprios horizontes de conhecimento (através de uma constante atividade exploradora e interrogativa); que possui grande voracidade 'cognitiva' e saboreia uma descoberta após a outra, e que escolhe sozinha seus próprios itinerários formativos, suas trilhas culturais, livre dos elos que impediam o seu crescimento; sabe observar o mundo que a cerca; sabe perscrutar e sonhar com horizontes longínquos; sai do mito e da fábula porque sabe olhar e pensar com a sua própria cabeça.

Desse modo, a concepção de criança que respalda a construção de propostas educativas está voltada à compreensão desse ser único, com vontades próprias, necessidades e sentimentos, e que precisa do respeito, da dedicação para seu desenvolvimento global e da compreensão da realidade à qual pertence, a fim de que interaja, modifique, crie e recrie. Pois ser criança é ter direito à educação, ao brincar, ao conhecimento, mas é principalmente, à liberdade de escolha.

2.2 SEXUALIDADE INFANTIL

A história da sexualidade é marcada por quebra de relações sociais. Essa divisão cronológica foi definida em duas grandes rupturas uma embasada pela religião e outra pelo surgimento das novas tecnologias. Conforme nos relata Foucault (1988, p. 109-111).

Uma no decorrer do século XVII: nascimento das grandes proibições, valorização exclusiva da sexualidade adulta e matrimonial, imperativos de decência, esquivas obrigatórias do corpo, contenção e pudores imperativos da linguagem: a outra, no século XX; menos ruptura, aliás, do que inflexão da curva: é o momento em que os mecanismos de repressão teriam começado a afrouxar; passar-se-ia das interdições sexuais imperiosas a uma relativa tolerância a propósito das relações pré-nupciais ou extra-matrimoniais, a desqualificação dos perversos teria sido atenuada e, sua condenação pela lei, eliminada em parte, ter-se-iam eliminado em grande parte, os tabus que pesavam sobre a sexualidade das crianças. [...] nascia uma tecnologia do sexo inteiramente nova; nova, porque sem ser realmente independente da temática do pecado escapava, basicamente, à instituição eclesiástica. Através da pedagogia, da medicina e da economia, fazia do sexo não somente uma questão leiga, mas negócio de Estado; ainda melhor, uma questão em que, todo corpo social e quase cada um de seus indivíduos eram convocados a porem-se em vigilância. Nova, também, porque se desenvolvia ao longo de três eixos: o da pedagogia, tendo como objetivo a sexualidade específica da criança; o da medicina, com a fisiologia sexual própria das mulheres como objetivo; e, enfim, o da demografia, com o objetivo da regulação espontânea ou planejada dos nascimentos. [...] a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade e, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do problema da vida e da doença. A “carne” é transferida para o organismo.

Ainda para Foucault (1988, p. 97) a criança está suscetível a sexo e está exposta a uma pedagogização desse sexo:

Pedagogização do sexo da criança: dupla afirmação, de que quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual; e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo “natural” e “contra a natureza”, traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais; as crianças são definidas como seres sexuais “liminares”, ao mesmo tempo aquém e já no sexo, sobre uma perigosa linha de demarcação; os pais, as famílias, os educadores, os médicos e, mais tarde, os psicólogos, todos devem encarregar continuamente desse germe sexual precioso e arriscado, perigoso e em perigo; essa pedagogização se manifestou, sobretudo na guerra contra o onanismo, que durou dois séculos no Ocidente.

Desse modo, constata-se que quando se fala de sexualidade imagina-se que ela seja somente algo relacionado ao sexo, não levando em conta a sua importância no desenvolvimento do homem e, principalmente, da criança, pois temos que possibilitar a criança que ela aprenda a ler e que ela assuma seu próprio corpo, pois esse corpo lhe servirá como instrumento de trabalho e prazer para a sua vida, pois estamos vivendo em um tempo em que a educação e a importância da infância estão diretamente ligados a seu poder de consumo. Daí a necessidade de definirmos o que seja sexualidade, segundo diversos autores e, a partir disso, conceituar sexualidade infantil e a sua importância para o desenvolvimento da criança e não o que vemos acontecer através de investimentos midiáticos com olhares voltados para a erotização precoce.

O conceito de sexualidade é recente, datado do século XIX, seu surgimento permitiu uma maior reflexão e discurso em relação ao sexo. Diante disso, muitos autores fazem uma diferenciação quando falam sobre sexo e sexualidade. Para muitos autores o sexo é um fato natural, hereditário, biológico, relacionado à atração física entre homem e mulher. Outros entendem que o sexo/sexualidade é um fenômeno que se modifica conforme a sociedade, a cultura e a história na qual o homem está inserido.

Conforme nos relata Pinto (1999, p. 18) que compreende que a sexualidade é um:

[...] comportamento sexual instintivo é próprio de cada espécie, mas nos humanos ele vem sofrendo adaptações culturais de tal monta que não nos é mais possível dizer qual seria o comportamento sexual das pessoas se pudessem voltar ao tempo do puro instinto. Regras culturais, vestimentas, cosméticos, adornos, elementos artificiais criados pelo ser humanos, acabaram proporcionando uma ampliação no conceito de sexualidade. [...] A sexualidade humana está permeada de símbolos que direcionam o desejo e são por ele direcionados.

Destarte a sexualidade se expressa de diversas formas, levando em conta a diferença do corpo e da subjetividade de cada sujeito. De acordo com Frison (2009, p.2) a sexualidade é manifesta:

[...] através de atitudes, comportamentos, gestos, ultrapassa, portanto, a dimensão biológica, pois envolve emoção, afeto e imaginário. A sexualidade se expressa através do corpo, na subjetividade única de cada sujeito. Ela mostra sua dimensão existencial, quando pensada como direito individual, da ordem do íntimo, que envolve o sujeito em sua totalidade. Ela manifesta sua dimensão social, quando as peculiaridades adquiridas emergem da sociedade em que o sujeito está inserido.

De acordo com Bruns e Santos (1997 p. 13-14) a sexualidade é possível de ser entendida:

[...] por uma perspectiva mais abrangente, a qual possui uma conotação que envolve dimensões além dos limites biológicos, incluindo o relacionamento, o erotismo, a fantasia, o prazer e também as questões ligadas à cultura, à religião, a simbolização, aos interditos e à própria construção do ser humano, e não apenas a genitalidade. [...] por seu caráter social, cultural e, conseqüentemente, histórico, isto é, em decorrência da transmissão de valores e ensinamentos de pais para os filhos, da influencia da Igreja, da Escola, dos meios de comunicação e de todos os meios nos quais o ser humano está inserido, foram instituídas normas e regras que direcionavam (e direcionam) o proibido e o permitido, o perverso e o aceito, possibilitando ao ser humano viver em sociedade.

Por isso, ao trabalhar com a temática sexualidade é preciso levar em conta todas as questões éticas, morais e sociais; bem como o respeito, a liberdade e autonomia da criança. Ainda, é necessário desmistificar a sexualidade enquanto zona proibida para as crianças, pois percebe-se que o que prevalece é o elo controlador entre educação e sexualidade infantil, onde educadores e pais trabalham para que a criança se comporte como sendo um adulto. Sem permitir a essa criança o seu direito ao respeito como ser humano. Nessa perspectiva Figueiró (2006, p.17) nos relata o que entende por sexualidade:

[...] é uma dimensão humana que vai além de sua determinação biológica, pois é, também, culturalmente determinada. As informações sobre ela trabalhadas na escola precisam envolver reflexão, tanto individual, quanto coletiva,

pois é esse exercício que permitirá ao educador reconhecer-se como sujeito de sua sexualidade, capaz de construir relações mais saudáveis e positivas e capaz ainda, de identificar possibilidades de interferir no curso de sua vida e da coletividade.

E ainda Figueiró (2006, p. 42)

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais.

Para a autora para se ter uma compreensão mais ampla do que seja sexualidade temos que considerar as várias significações e ela atribuídas, tanto pelo contexto institucional como educacional, para isso ela cita cinco paradigmas utilizados como pontos de referência, que foram formulados por Nunes (1996). A primeira concepção, denominada médico-biologista, vê a sexualidade como uma dimensão biológica e de procriação. Considerando que essa ação é uma condição determinante na vida humana.

A segunda chamada de concepção terapêutico-descompressiva, diz que a sexualidade é algo subjetivo, individual e supostamente instintivo ou selvagem do corpo humano. E que busca uma recompensa de gratificação e prazer. Já concepção normativo-institucional, enxerga que a sexualidade esta ligada ao aspecto da vida humana e a um conjunto de comportamentos socialmente permitidos, por um lado, e proibidos, por outro. Implicando na necessidade de passar por normas reguladoras, antes transmitidas pela família.

A quarta concepção compreendida como consumista - quantitativa enxerga que a sexualidade é passível de regulação e controle

social, e que pode ser transformada em produtividade, pois nela está inserida a idéia de instigação ao sexo quantitativo, da alienação do afeto e principalmente do apelo de venda e marketing.

A última concepção é entendida como sendo dialética e política, onde entende que a sexualidade é uma condição humana, de construção pessoal e social, em que o homem é um sujeito ativo desse processo, uma vez que o mesmo influencia na construção dos valores e normas sexuais e, ao mesmo tempo, é dialeticamente influenciado por ele.

A partir dessas concepções entende-se a importância de estudar e compreender a sexualidade infantil e suas necessidades para o desenvolvimento da criança. Para isso, é preciso analisar um dos principais documentos que discutem a importância da sexualidade para a formação da criança.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)¹ mostra a importância do desenvolvimento da identidade e da autonomia na formação da criança. Primeiramente tem-se que compreender como se dá a formação pessoal e social da criança, pois é a partir disso que ela conseguirá construir a confiança, a aceitação e a felicidade em si mesmas.

Para Raposo (2004, p. 63):

Classifica as fases de desenvolvimento sexual: a fase oral e o sugar, a fase do controle esfinteriano, as explorações dos órgãos genitais. Considera as relações de gênero e a identidade sexual como relevantes para a criança de zero a seis anos de idade, para o seu desenvolvimento psicossocial. Destaca o papel do adulto nas expressões da sexualidade da criança, pois de suas reações saem determinantes de atitudes posteriores da criança frente à sexualidade. As relações de gênero são tomadas também no modo da binaridade sexuais menina/menino, a partir da percepção de diferenças anatômicas entre os sexos biológicos, que são objeto da curiosidade da criança.

No que discute acerca da formação pessoal e social no documento do RCNEI, verifica-se a importância da sexualidade na formação da identidade da criança e como o adulto influencia as atitudes da criança. Nesse

¹ Toda vez que citar Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil será pela sigla RCNEI.

propósito de discussão, a identidade e a autonomia da criança estão ligadas ao seu contexto social, a sua família, a escola e com todos os sujeitos com o qual ela entra em contato.

O complexo processo de construção da identidade e da autonomia depende tanto das interações socioculturais como da vivência de algumas experiências consideradas essenciais associadas à fusão e diferenciação, construção de vínculos e expressão da sexualidade. (BRASIL, 1998 p.11-15)

Ainda no documento do Ministério de Educação – RCNEI – vê-se sua grande contribuição quando se refere ao valor da criança conhecer seu próprio corpo, seus limites e desejos; pois quando a criança nasce o seu corpo é para ela uma extensão do corpo da mãe. A criança vai descobrindo devagar que ela possui um corpo e que tem vontades próprias e movimentos. Ela descobre o desejo ao ser tocada acariciada na troca de roupa, no banho, nas massagens, no contato com a pele da mãe, fazendo com que isso estimule seus sentimentos e, principalmente a sua sexualidade. E ainda (1998, p. 15 - 16)

É por meio dos primeiros cuidados que a criança percebe seu próprio corpo como separado do outro, organiza emoções e amplia seus conhecimentos sobre o mundo. O outro é, assim, elemento fundamental para o conhecimento de si.

Ainda, analisando o RCNEI (1998, p. 17-18) pode-se compreender que a sexualidade auxilia no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano. É constituída de acordo com o meio social na qual o indivíduo está inserido, pois ela é marcada por questões culturais, social e, principalmente pela história. Entendemos então que o comportamento sexual de uma sociedade é marcado por regras e condições sociais, pois desde que nascemos, estamos nos constituindo como sujeitos, com múltiplas identidades (de gênero, de etnia, religiosas, sexuais, etc.). Sendo assim:

A marca da cultura faz-se presente desde cedo no desenvolvimento da sexualidade infantil, por exemplo, na maneira como os adultos reagem aos primeiros movimentos exploratórios que as crianças fazem em seu corpo. A relação das crianças com o prazer se manifesta de forma diferente da do adulto. Em momentos diferentes de sua vida, elas podem se concentrar em determinadas partes do corpo mais do que em outras. A boca é uma das regiões pela qual as crianças vivenciam de modo privilegiado sensações de prazer, ao mesmo tempo em que constitui em recurso de ação sobre o mundo exterior.

A criança tem consciência da sexualidade quando começa a diferenciar os órgãos genitais. Essa distinção ocorre porque desde o nascimento a criança constitui relação com os seus pais, observando-os, tocando-os. Para Werebe (1998 p. 27) é esse contato que ajuda a criança no desenvolvimento do próprio corpo.

A tomada de consciência da diferenciação sexual começa quando a criança constata a entre os órgãos. A educação, as influências familiares e do meio em que vive vão indicar para a criança os papéis socialmente aprovados para cada um dos sexos. Geralmente a criança diferencia os sexos – a começar pelo pai e pela mãe – pelas funções e papéis que eles desempenham.

O desenvolvimento e a descoberta do próprio corpo é um assunto bastante discutido por diversos autores, porém iremos descrever as fases observadas pelo médico austríaco Sigmund Freud.

2.2.1 Desenvolvimento Psicosssexual em Freud

Em 1905 Sigmund Freud escreveu sua obra intitulada de “Três ensaios de sexualidade”. No segundo livro dessa obra completa, ele relata o processo de desenvolvimento psicosssexual infantil. Esse processo é entendido como sendo o momento onde o indivíduo encontra o prazer no próprio corpo, ou seja, o corpo possui zonas erógenas que permitem o prazer no indivíduo.

Para uma melhor compreensão de cada período Freud divide a sexualidade infantil em cinco fases, conforme os órgãos, seres e objetos que proporcionam prazer e a relação que o indivíduo estabelece com eles. Para ele a criança constrói a sua sexualidade através do desenvolvimento físico e psíquico, passando por estágios ou fases sexuais que lhes dão prazer. Estágios esses denominados por ele como estágio oral, anal, fálico ou genital, latência e puberdade, que ocorre em todos os indivíduos de forma natural e em fases etárias distintas, respeitando o desenvolvimento sexual e estabelecendo no indivíduo as suas necessidades e prazeres.

A primeira etapa exposta por Freud, diz respeito à fase oral, que acontece até aproximadamente dois anos, onde a zona de prazer e satisfação: é a boca. É nesse período que a criança sente prazer ao sorrir, morder, chorar e sugar o peito materno, pois é através da boca que o bebê tem contato com o mundo, explorando objetos e o próprio corpo. Freud afirma que estas atividades são primariamente sensoriais e que a satisfação encontrada nesta ação cristaliza-se a partir da “libido”, entendida como energia psíquica que perpassa toda a educação social da criança.

A segunda etapa descrita por Freud é conhecida como fase anal (aproximadamente entre dois e quatro anos), que é quando a criança começa a controlar os esfíncteres (urina e fezes) e sente prazer ao realizar essa ação. Segundo Nunes e Silva (1997 p.79) a fase anal é um período de:

[...] internalização e educação das normas de controle do intestino, onde a criança sente prazer em produzir as fezes e urina. [...] A satisfação libidinosa não é, nesta fase, puramente neurológica ou sensorial, mas ultrapassa este plano das sensações de gratificação simbólico-social da criança em cumprir com as exigências maternas da higiene e controle metódico e adequado do esfíncter, através da padronização de suas necessidades fisiológicas.

A terceira fase é compreendida como fálica ou genital que ocorre entre os três e cinco anos. Essa fase é conhecida pelo descobrimento do próprio órgão sexual. A criança começa a sentir prazer ao manipular seu órgão genital. É aqui que começa o período de autoconhecimento do próprio corpo e que há diferenças entre o corpo da menina e do menino.

Nessa descoberta das diferenças genitais entre a menina e o menino, que a menina se sentirá “frustrada” por não descobrir ainda a vagina e achar que só existe o pênis, ou seja, a vagina ainda é ignorada. Nunes e Silva (1997 p.79) nos relata como Freud descreveu esse momento:

[...] a época das descobertas das diferenças genitais, onde o menino seria diferentemente identificado com a sociedade patriarcal através da descoberta do “pênis” e sua simbologia e a menina experimentaria a “castração” simbólica, geradora de ansiedade, a base das sublimações, pela descoberta da “ausência” do “pênis”. É uma fase de intensos idílios e jogos sexuais.

A quarta fase, conhecida como período de latência, que ocorre entre os seis e nove anos. Tem como principal característica a diminuição do impulso sexual. Nesse período a criança está buscando outros conhecimentos, que considera mais importante, como o desenvolvimento intelectual e social. Isso não quer dizer que a criança não continua explorando e buscando as diferenças entre próprio corpo e do outro, mas há um desvio da libido, influenciada pela introdução da criança na escola e outros meios sociais. Freud aponta, conforme nos revela Nunes; Silva (1997, p. 80):

[...] uma “distensão”, talvez causada pelo excesso de energia psíquica empreendida na questão do idílio edipiano e uma retomada dos jogos de regras, além da vibrante internalização de diferenças sexuais e papéis sociais.

A quinta e última fase descrita por Freud é conhecida por puberdade ou genital que se inicia por volta dos dez até aproximadamente os dezoito anos. Nesse período a criança passa de uma fase para outra, determinada adolescência. É uma etapa de maturidade psíquica e corporal. Nessa fase há um retorno à fase genital, só que com outro tipo de desejo, ou seja, o desejo sexual. Esse desejo está ligado à ação hormonal se fortalece, o corpo amadurece.

É o período das principais transformações corporais, biológicas, afetivas e sociais. Essas transformações se interligam com o prazer, permitindo uma satisfação do corpo. Por isso é comum a masturbação, sonhos

eróticos e fantasias sexuais. Nas meninas essa fase é marcada pela menstruação.

Essa procura pelo diferente em relação ao corpo do outro está destacado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como sendo algo que permite a criança desenvolver capacidades afetivas, emocionais e cognitivas. Sendo assim, de grande importância, pois permite a criança a compreender seu corpo, o do outro e seus limites.

Baseada nas descobertas de Freud, Werebe (1998 p. 63-64), nos resumi o que entende de cada fase da sexualidade infantil:

As primeiras manifestações sensuais (ou sexuais) são auto-eróticas, isto é, elas não se dirigem a um objeto externo, mas sim ao próprio corpo. Entre o segundo e o quinto ano de vida, observa-se uma intensificação do jogo genital, cuja participação emocional varia de acordo com a atitude do meio, em particular dos pais. Nas culturas permissivas, como indicam os estudos antropológicos, as crianças não sofrem repressão neste terreno. Mas quando esta repressão existe, sobretudo na família, procura-se eliminar na criança uma conduta considerada indesejável. De qualquer forma, o onanismo infantil não tem a mesma significação psicológica que a masturbação propriamente dita e que surge mais tarde na puberdade. [...] Na fase genital, as pulsões parciais se organizam em função da constatação da diferença dos sexos e, principalmente, da ausência do pênis na menina. Esta constatação deu origem à teoria freudiana de castração (a angústia da castração que acompanharia esta descoberta). Desde os dois anos e meio, a criança se interessa pela diferença entre os sexos, observando o modo de micção das crianças dos dois sexos. A intervenção do adulto nas investigações da criança pode contribuir para criar ou reforçar o sentimento de vergonha, associado ao próprio corpo, em particular aos órgãos genitais. [...] A consciência do corpo, de um corpo sexualizado, constitui um elemento constitutivo da individualização. Entram em jogo a percepção visual do corpo, o reflexo da percepção que os outros tem da imagem corporal da criança.

É possível examinar que no próprio RCNEI (1998, p. 25), é relatado acerca da importância de cada fase para o descobrimento do próprio corpo e o do outro:

A aquisição da consciência dos limites do próprio corpo é um aspecto importante do processo de diferenciação do eu e do outro e da construção da identidade. Por meio das explorações que faz, do contato físico com outras pessoas, da observação daqueles com quem convive, a criança aprende sobre o mundo, sobre si mesma e comunica-se pela linguagem corporal.

Para Camargo, Ribeiro (1999, p. 95) o conhecimento do próprio corpo e do outro “é um processo gradativo, dinâmico, no qual a criança terá possibilidade de diferenciar e relacionar saberes cada vez mais complexo”. Pois a criança é um ser em construção e deve ser compreendida como sendo esse ser desenvolvimento.

2.3 A SEXUALIDADE INFANTIL E A CULTURA MIDIÁTICA

As crianças dos dias atuais estão expostas a diversos tipos de mídias, ou seja, a “era das comunicações”, que influenciam a sua forma de pensar, agir e vestir. Essa influência permite a essa criança significações consumistas, de forma rápida e eficaz, caracterizando a infância como sendo uma “infância feliz”, edificando numa identidade cada vez mais fetichista. Essas mídias e tecnologias permitem as crianças um amplo acesso às informações, que acabam levando a um grande consumo de imagens e de produtos, que estão ligados a uma imagem de felicidade e beleza.

Muitos autores discutem sobre a influência da mídia sobre a formação pessoal e a identidade infantil, de como essa mídia pode transformar a criança em vários aspectos, como físico, social, psíquico e sexual. A preponderância da mídia faz com que a criança se torne um adulto antes do tempo de amadurecimento do próprio corpo. Conforme nos relata Borges (2002, p. 48):

[...] estamos lado a lado com nossas crianças, consumindo sexo por meio de revistas, filmes, programas infantis ou não, por meio da música e da dança e literalmente paralisamos desconcertados quando elas nos abordam diretamente sobre

o tema que é sempre assumido como “assunto delicado”, melindroso e difícil.

Significativas transformações no mundo (políticas, econômicas, sociais e culturais), influenciaram o conceito de infância e educação, principalmente no que diz respeito ao comportamento da criança, pois a partir do contato com o mundo do adulto, através da comunicação de massa e da internet, a infância tem sido pensada e vista de outra forma, ou até mesmo em alguns momentos considerada como desaparecida.

Para Felipe (2007, p. 56 - 57) o surgimento dos veículos de comunicação de massa (internet e principalmente a TV), as crianças começaram a serem vistas não como crianças, mas sim como pequenos consumidores, não calculando no que isso pode acarretar em seus corpos e na sua sexualidade.

Com o surgimento dos veículos de comunicação de massa, em especial a TV, as crianças passaram a ser vistas como pequenos consumidores, e a cada dia são alvos constantes de propagandas. Ao mesmo tempo em que ela têm sido vistas como veículo de consumo, é cada vez mais presente a idéia da infância como objeto a ser apreciado, desejado, exaltado, numa espécie de “pedofilização” generalizada da sociedade. [...] Ao mesmo tempo em que se condena qualquer tipo de relação sexual envolvendo um adulto e uma criança, como sendo a forma mais terrível de violência sexual, vive-se em uma cultura que produz constantemente imagens erotizadas das crianças, em especial de meninas.

A criança esta exposta a uma erotização do seu corpo, sendo muitas vezes explorada e influenciada através da música, televisão, internet, cinema, propagandas, jornais, outdoors, ocasionando em efeitos significativos na construção das identidades de gênero e sexuais. Para Felipe (2001, p. 61): “A mídia, através das propagandas, novelas, minisséries, programas de TV, inclusive aqueles dirigidos ao publico infantil, têm procurado explorar com bastante freqüência cenas erotizadas dos mais diversos tipos”.

Para Adorno (2007, p. 215) a criança está exposta a um meio midiático que lhe dá algum tipo de prazer:

Na sociedade midiática, desde a infância, o indivíduo é encantado pelo espetáculo veiculado pela mídia televisiva que, por sua própria constituição objetiva, veta a atividade mental (crítico-reflexiva) do espectador em troca de uma ilusão de prazer, fantasia, gozo...

Na sociedade em que hoje vivemos a infância é marcada pela eletrônica, criada e padronizada para ela, como videogames, celulares, internet e programas. Para alguns autores esse envolvimento da criança com os meios midiáticos se dá devido ao lúdico, pois a criança fantasia tudo que lhe é oferecido. A exposição dessas crianças à mídia, permite que elas sejam estimuladas a se portarem como adultos e fazendo coisas de adulto. Para Hamann (s/d, p. 3):

Para assistir televisão [...] pode apertar um simples botão e deparar-se com cenas de sexo explícito na telinha. Conseqüentemente, a televisão inviabiliza a proteção da criança (tão valorizada pelos modernos) do acesso aos “segredos adultos”, que antes se desvendavam apenas nos livros, ou pela experiência. Para certos autores, a televisão impossibilita que exista a infância como a fase do não saber, da pureza, inocência e ingenuidade.

A mídia não está se preocupando em separar o universo adulto do infantil. Muitas vezes um mesmo produto é oferecido para ambos, sem diferenciar cada mundo. Como é o caso citado por Hamann (s/d, p. 4):

Na TV, a criança assiste ao Festival de Desenhos da Rede Globo. Na rua, depara-se com a foto da apresentadora, Deborah Secco, nua numa pose sexy, no outdoor que anuncia a revista Playboy. Portanto, os universos simbólicos de adultos e crianças estão expostos, na televisão e outras mídias, para ambos.

Os pais deveriam observar melhor o que seus filhos estão assistindo na televisão ou na internet, mas o que percebemos é que esses produtos da mídia estão servindo cada vez mais como babás eletrônicas, que mantêm os filhos quietos enquanto os pais fazem seus afazeres.

Para Rael (2007, p. 160-161) os desenhos infantis também influenciam na sexualidade e na formação da identidade da criança, ou seja, os desenhos permitem a criança uma construção de gênero e sexualidade, pois a criança imita o que vê e muitas vezes reproduzem comportamentos, atitudes e gestos que acabam de aprender nos desenhos e que refletem na escolha do que adequada para cada gênero.

Os desenhos animados, por sua ampla circulação, constituem-se em um importante artefato cultural do século XXI. [...] Os saberes que são transmitidos por essas diversas instâncias culturais têm uma função produtiva na formação da identidade das crianças. Assistimos aos desenhos sem perceber que eles estão nos constituindo e ensinando o que é ser mulher, ser homem, ser criança, ser branco ou ser negro. [...] Nos desenhos circulam essas mesmas representações de corpos e de aparências, e ainda são veiculados determinados discursos sobre gênero, sexualidade, raça. Como podemos ver nas histórias como A pequena Sereia, A Bela e a Fera e Mulan.

A mídia pode também atrapalhar a criança, no que diz respeito à educação. Percebemos que todos esses meios de comunicação de baixa qualidade, músicas e danças erotizantes, acabam permitindo a criança noções erradas e prejudiciais a ela. Isso leva os adultos a terem dificuldades de compreenderem e aceitar as manifestações da sexualidade infantil; pois eles, muitas vezes, não sabem ou não percebem de onde essa criança está adquirindo o conhecimento sobre esse assunto.

O próprio Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998 p.18) relata acerca da influência da mídia na construção da identidade e autonomia da criança.

No cotidiano, as crianças recebem, com frequência, mensagens contraditórias. Vê o sexo ser alardeado nas propagandas, ou abertamente representado nas novelas, por

exemplo. Esse tema pode aparecer em brincadeiras de faz-de-conta. Vale lembrar que, do ponto de vista da criança, não é necessário que ela tenha presenciado a cenas ou a representação de cenas de sexo nos meios de comunicação para que se envolvam em explorações ou jogos sexuais. A motivação para essas brincadeiras pode vir exclusivamente de curiosidades e desejos, integrantes de um processo normal de desenvolvimento.

A mídia pode influenciar não somente a sexualidade, mais também pode trazer distúrbios para a criança, para Zornig (2008, p. 7) a criança está exposta a condições que poderão afetar o seu desenvolvimento:

Ao analisarmos desenhos infantis é comum encontrarmos desenhos de tubarões com grandes dentes, bocas enormes, monstros, etc. Os contos de fadas também ressaltam esta dimensão de oralidade que aponta para sua vertente sexual e de destruição entre comer/ser comido pelo outro, como em Chapeuzinho Vermelho, Pinocchio e outros. Mesmo se não concordarmos com a interpretação kleiniana de atribuir fantasias tão sofisticadas a crianças tão pequenas, a clínica com bebês demonstra como os distúrbios de alimentação se relacionam a dificuldades nas relações precoces. A fase oral demonstra a equivalência entre alimento e amor materno, mas também a angústia entre existir e ser aniquilado, justamente por ser uma etapa na qual a criança ainda é muito dependente de seus pais ou cuidadores, sentindo os efeitos desta privação ou de distúrbios nesta relação através de seu corpo, muitas vezes de maneira grave e radical.

Conforme vimos à cultura midiática que a criança dos dias atuais está exposta, influência no seu comportamento, atos, gestos, palavras e principalmente aflora a sua sexualidade e expõe o corpo infantil como se fosse de um adulto, levando a uma precocidade e vulgarização do próprio corpo.

3 EDUCAÇÃO INFANTIL: O FAZER POSSÍVEL NO ASSUNTO SOBRE SEXUALIDADE INFANTIL

A educação infantil passou e passa por diversas mudanças. Essas mudanças têm como êxito atingir seus principais objetivos que é entender o significado de criança, de infância, suas necessidades e, principalmente, de atender melhor essas crianças com práticas pedagógicas coerentes e condizentes com os reais interesses e necessidades infantis. Para isso ao longo dos anos no Brasil foram instituídas leis, estatutos, emendas, que visam os direitos e deveres das crianças.

Para Azevedo; Silva (1999 p. 38), a educação infantil é diversificada ao longo da história, conforme nos narra a seguir:

As primeiras iniciativas de atendimento à criança pequena tinham objetivo meramente assistencial, ou seja, apenas se preocupavam com os cuidados físicos de que elas necessitavam. Uma evolução dessa forma de atendimento, já com objetivo educativo, ocorre no século XIX com a criação dos “jardins de infância”, que surgem como base em uma idéia romântica e ingênua de criança. Tal concepção vai orientar, até os nossos dias, quantidade significativa de propostas de atendimento da criança pequena. Centradas nas idéias de criança enquanto ser inocente que necessita ser educado, moralizado, para ser o “adulto de amanhã”, as propostas de trabalho daí decorrentes “enformam” a criança, moldam sua mente e seus comportamentos.

Já Oliveira (2002 p.107) destaca outro aspecto importante do início da implementação das escolas infantis, onde não se tinha um profissional adequado para atender as crianças.

Prevalecia uma política de ajuda governamental às entidades filantrópicas e assistenciais ou de incentivo a iniciativas comunitárias, por meio de programas emergenciais de massa, de baixo custo, desenvolvidos por pessoal leigo, voluntário, com envolvimento de mães que cuidavam de turmas de mais de cem crianças pré-escolares. [...] Muitas entidades, influenciadas pelo tecnicismo que se infiltrou na área de serviço social, esboçaram uma orientação mais técnica para o

trabalho com as crianças, incluindo preocupações com aspectos da educação formal.

Ou ainda, Oliveira (2002 p. 113): As “mães crecheiras”, os “lares vicinais”, “creches domiciliares” ou “creches lares”, programas assistenciais de baixo custo estruturados com a utilização de recursos comunitários. Essas eram as escolas infantis mais encontradas no Brasil e nos países de Terceiro Mundo.

A Educação Infantil no Brasil, nas últimas décadas vem ganhado destaque no âmbito educacional. Destaque este que vem sendo permeados por diversas discussões, estudos e, principalmente, a preocupação com a educação de crianças de zero a cinco anos de idade presente em novas leis, em ações complementares à família e à comunidade.

Conforme nos revela Angotti (2006 p. 17):

O Brasil das últimas décadas revelou em sua estrutura legal avanços no entendimento sobre o que seja infância, em como entender a criança e oferecer-lhe garantias institucionais para que se assegure, na prática social, o direito da mesma a ter seu desenvolvimento integral garantido por meio de conseqüente atendimento educacional, pedagógico.

Para Didonet (1997 p.89):

A educação infantil é o segmento do sistema educacional que mais se desenvolveu nos últimos anos, no Brasil. Fundamentada nas pesquisas realizadas, sobretudo na segunda metade do século e numa diversificada prática pedagógica, ela vem granjeando reconhecimento e prestígio social.

Essas novas leis criadas têm como objetivo principal garantir a criança de 0 a 5 anos de idade direito a uma educação eficaz e que permita o desenvolvimento integral. Conforme nos diz Eibel (2005 p.2):

Isto se dá em vista de muitas discussões, integrações e interpretações de novas definições legais sobre a Educação Infantil, falamos aqui da Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, Estatuto da Criança e Adolescente de 1990 e a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993. Estas leis estabelecem e garantem a toda criança de zero a seis anos de idade o direito a Educação Infantil em creches e pré-escolas.

Na Constituição de 1988 a criança é entendida como sujeito de direitos e atribui aos pais, sociedade e poder público o respeito e a garantia desses direitos, pois a criança é entendida como cidadão em desenvolvimento. Conforme relatado no Art. 227 que diz que:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

No Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) está expresso cada um dos direitos da criança como também os princípios norteadores das políticas de atendimento a essa criança. Conforme podemos ver nos artigos 15 a 17:

Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

Ao explicar sobre os direitos da criança e adolescente o ECA, nos relata a importância de compreendermos quem são esses sujeitos e principalmente da necessidade do desenvolvimento pleno dos mesmos.

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Permitindo a eles direitos à família, a criticidade, a liberdade, expressão e, principalmente, da inserção na sociedade. Temos também que proporcionar a cada criança e adolescente o lúdico, o brincar, o prazer.

Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

Dentro do contexto de respeito ao corpo e aos aspectos morais, cognitivos e psíquicos que permitem a eles sua identidade, autonomia de mundo. Temos que permitir a criança direito à educação, a sociabilização e a igualdade.

A definição da educação infantil deve ser considerada como um grande avanço para a educação, pois antes da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 a educação infantil remetia ao cuidar ou somente ao “depósito” de crianças, para que os pais pudessem trabalhar. Mas hoje sabemos que existem leis e estudos que visam à mudança desse antigo conceito e que busca elevar a educação infantil a um espaço educativo e de desenvolvimento da criança.

Conforme Forest e Weiss (s/d, p. 1-2) nos relatam:

Quando se propõe a trabalhar com crianças bem pequenas, deve-se ter como princípio conhecer seus interesses e necessidades. Isso significa saber verdadeiramente quem são, saber um pouco da história de cada uma, conhecer a família, as características de sua faixa etária e a fase de desenvolvimento em que se encontra, além de considerar o tempo que permanece na escola. Só assim pode-se compreender as reais possibilidades dessas crianças, lembrando que, para elas, a classe inicial é a porta de entrada

para uma vida social mais ampla, longo do ambiente familiar. Antigamente, a escola de educação infantil tinha uma conotação assistencial: um cuidava e o outro educava. [...] Embora existam situações na qual o modelo antigo ainda ocorra, [...] atualmente a discussão vai muito além dessa análise simplificada. Cuidar e educar, de acordo com as novas diretrizes, devem caminhar juntos.

De acordo com o art. 29º da Lei de Diretrizes e Bases de 1996:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Outro documento elaborado pelo governo brasileiro foi o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). Conforme vimos na Política Nacional de Educação Infantil: para direito das crianças de zero a seis anos à Educação (2006, p. 13):

Em 1998, foi elaborado o *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI) no contexto da definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais que atendiam ao estabelecido no art. 26 da LDB em relação à necessidade de uma base nacional comum para os currículos. O RCNEI consiste num conjunto de referências e orientações pedagógicas, não se constituindo como base obrigatória à ação docente. Ao mesmo tempo em que o MEC elaborou o RCNEI, o Conselho Nacional de Educação definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, com caráter mandatório. De acordo com a Resolução nº 1 de 7 de abril de 1999, no seu art. 2º “essas Diretrizes constituem-se na doutrina sobre princípios, fundamentos e procedimentos da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as instituições de Educação Infantil dos sistemas brasileiros de ensino na organização, articulação, desenvolvimento e avaliação de suas propostas pedagógicas”. Ambos os documentos têm subsidiado a elaboração das novas propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

Segundo o próprio RCNEI (1998, p.13) o documento indica seus principais objetivos:

Este documento constitui-se em um conjunto de referências e orientações pedagógicas que visam contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam mover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras.

E ainda nos relata a importância da escola de educação infantil (1998, p. 11): "A instituição de educação infantil é um dos espaços de inserção das crianças nas relações éticas e morais que permeiam a sociedade na qual estão inseridas". Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil criada em 1999, que visavam construir um novo fazer educacional, buscando uma profissionalização dos profissionais da educação. Onde poderia ser efetivado o atendimento a criança de forma plena, e promovendo a ela seu desenvolvimento integral.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999, art. 3) As Diretrizes devem respeitar os seguintes fundamentos norteadores:

Art. 3º - São as seguintes as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: I – As Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil, devem respeitar os seguintes Fundamentos Norteadores: a) Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum; b) Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; c) Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

Outro documento que nos relata a importância da Educação Infantil e que foi desenvolvido pelo Governo Brasileiro para medir a qualidade da educação infantil e como atuam os profissionais da área e principalmente os processos de autoavaliação das escolas que auxiliam no desenvolvimento das práticas educativas. Esse documento é conhecido como Indicadores de

Qualidade da Educação Infantil (2009, p.14) que nos relata como deve funcionar a Educação Infantil no âmbito educacional e os principais aspectos que a instituição de educação infantil deve considerar para atingir seus objetivos.

O primeiro deles diz respeito aos direitos humanos fundamentais, cuja formulação resultou de uma história de conquistas e superações de situações de opressão em todo o mundo. Esses direitos apresentam especificidades quando se aplicam às crianças e são reafirmados em nossa Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Um segundo aspecto relevante, relacionado ao primeiro, é o reconhecimento e a valorização das diferenças de gênero, étnico-racial, religiosa, cultural e relativas a pessoas com deficiência. Em terceiro lugar, é preciso fundamentar a concepção de qualidade na educação em valores sociais mais amplos, como o respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento de uma cultura de paz e a busca por relações humanas mais solidárias. O quarto aspecto diz respeito à legislação educacional brasileira, que define as grandes finalidades da educação e a forma de organização do sistema educacional, regulamentando essa política nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em quinto lugar, os conhecimentos científicos sobre o desenvolvimento infantil, a cultura da infância, as maneiras de cuidar e educar a criança pequena em ambientes coletivos e a formação dos profissionais de educação infantil são também pontos de partida importantes na definição de critérios de qualidade.

Compreende-se que existem muitos documentos e leis que buscam a melhoria na educação infantil, portanto entende-se, então, que todos os aspectos do desenvolvimento da criança devem ser considerados para que haja uma ação efetiva da educação infantil, para isso tudo que interfere e contribui para essa etapa da educação deve ser pensado, como: a formação e atuação dos professores e profissionais da educação, organização do espaço físico, matérias e as práticas pedagógicas, ou seja, tem-se que pensar na escola como um ambiente que proporcione em todos os seus contextos o desenvolvimento da criança e o cuidado, envolvendo por questões para, além disso, no caso como proceder a frente ao desenvolvimento da sexualidade infantil.

Para Kishimoto (2001), na sala de aula ocorre o desenvolvimento intelectual e psicológico; já no pátio, ocorre o físico e social.

Entretanto, considera-se pertinente afirmar que a criança é um ser integral, única e ativa, não sendo necessariamente compartimentada por aspectos conforme o espaço. Mesmo em sala de aula quanto fora dela, a criança cria e recria através de suas relações com outras crianças e com o professor leituras diversas envolvendo todas as áreas de sua vida, sejam elas: intelectuais, psicológicas, físicas, sociais. Portanto, a educação infantil deve estar preparada para receber e atender a todas as crianças, sem discriminá-la e desrespeitando seus direitos. Diante disso, no espaço de educação infantil deve tratar as crianças como seres em desenvolvimento e que devem ser compreendidas em sua subjetividade enquanto humano.

A mediação do professor durante a aprendizagem e desenvolvimento de conceitos e valores, se faz urgente, uma vez que poderá orientar as crianças em favor da constituição de sua individualidade e da própria identidade enquanto pessoa. Mas, principalmente, de ser articuladora das novas descobertas que a criança faz do mundo, e do seu corpo e do outro.

É na Educação Infantil que surge a descoberta do corpo e do outro, portando é nesse período que os professores e a escola devem orientar seus alunos nas dúvidas sobre o seu corpo, do amigo, da diferença entre o gênero masculino e feminino.

O professor deve responder somente aquilo que a criança questiona e tem curiosidade, porém não é necessário falar profundamente sobre o assunto, mais sim de uma forma em que o aluno compreenda e se sinta satisfeito com a resposta.

E ainda como nos relata Eibel (2005, p. 2):

A instituição de Educação Infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a freqüentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o seu desenvolvimento e inserção social. As crianças com idade de zero a seis anos têm características e necessidades diferenciadas das demais idades e é neste sentido que temos que nos preocupar.

As crianças de zero a cinco anos necessitam de um cuidado diferenciado devido à necessidade de descoberta do mundo e de si próprio. A criança da educação infantil está exposta a diversas informações e, portanto o

adulto tem que estar atento as suas necessidades e curiosidades; possibilitando através de suas ações pedagógicas, experiências possíveis para que a criança desenvolva uma leitura própria enquanto pessoa e enquanto ser humano. Nesse sentido, o desafio torna-se para além de proibições e ou condutas corretivas, em favor de orientar a criança no conhecimento de si própria e de seu corpo.

A educação infantil deve seguir princípios e diretrizes pedagógicas para conseguir atingir seu principal objetivo o desenvolvimento integral da criança. Conforme é relatado por Didonet (1997, p. 95):

A formação da criança como cidadã. É sua função política. A criança é um cidadão desde que nasce e, como tal, tem direito a uma educação que a ajude a realizar-se socialmente como pessoas, para participar da vida social, econômica, política e cultural, da forma mais plena possível.

Ou ainda, conforme profere Azevedo; Silva (1999, p. 38):

[...] pensamos que na educação infantil a criança precisa ser desafiada, estimulada a raciocinar e desenvolver seu pensamento sobre si próprias e sobre o mundo que as cerca. A criança que hoje vai às nossas escolas precisa aprender a questionar, ter liberdade de expressar-se, sem receio de ser reprimida, de construir conhecimentos, ter oportunidades de construir uma auto-estima positiva, de ser cidadã.

A educação infantil tem que compreender que o fundamental para a criança é o descobrimento do próprio corpo, pois é a partir dele que ela vai conseguir se expressar, claro que de maneira livre e longe de “tabus” construídos socialmente. Para Angotti (2006, p. 21-22) o corpo é parte fundamental para o desenvolvimento da criança.

O corpo deve ser entendido e trabalhado enquanto primeiro brinquedo e instrumento de ludicidade infantil, enquanto ferramenta fundamental para as elaborações de leituras interpretativas de mundo, potencial decorrente da utilização dos órgãos dos sentidos que permitem a agudeza das

percepções, das observações, dos sentimentos, das interpretações, elaborações e das condições de livre expressão. [...] É importante que o entendimento do caráter lúdico não se restrinja apenas às situações de jogos e brincadeiras, mas que seja entendido também nos princípios do prazer e da liberdade. [...] no conhecimento do próprio corpo, no entendimento de suas partes.

De acordo com o próprio RCNEI (1998, p. 15): “A exploração de seu corpo e movimentos, assim como o contato com o corpo do outro, são fundamentais para um primeiro nível de diferenciação do eu”. Ou seja, é a partir das experiências e experimentações com o próprio corpo e com o do outro que a criança começa a descobrir a sua importância e principalmente a sua sexualidade.

4 FORMAÇÃO DE PROFESSORES: QUANDO O ASSUNTO É SEXUALIDADE INFANTIL

A formação de professores é um assunto bastante discutido nos últimos anos no Brasil, pois se acredita que seja um dos fatores primordiais para que haja uma melhoria na educação, ou seja, a formação dos professores influencia diretamente na qualidade da educação brasileira, independentemente da modalidade (educação infantil, ensino fundamental ou ensino médio).

A história da educação no Brasil, principalmente, no que diz respeito à educação básica, teve diversas mudanças nas últimas décadas, através de discussões, mobilizações profissionais e criação de leis, que buscam a qualificação na formação desses profissionais que atendem a educação, principalmente as crianças pequenas.

A educação infantil sendo o *locus* dessa pesquisa, proporciona o atendimento às crianças de zero a cinco anos, tendo como finalidade o seu desenvolvimento integral. Para tanto, far-se-à necessário que haja uma formação profissional dos professores consistente e de qualidade, em favor de desenvolver ações de cuidado e educação de crianças. O desafio da qualidade se apresenta com uma dimensão maior, pois é sabido que os mecanismos atuais de formação não contemplam esta dupla função. É preciso, portanto, que formas regulares de formação e especialização, bem como mecanismos de atualização dos profissionais sejam asseguradas e que esta formação seja orientada por pressupostos e diretrizes expressos na Política de Educação Infantil.

Como se verifica, o profissional de educação infantil sofreu e ainda sofre com a herança do atendimento assistencialista da educação, onde os professores eram responsáveis apenas pelo ato de cuidar e gostar de crianças, ou seja, o professor era responsável por olhar, alimentar e trocar a criança quando necessário, sem haver a necessidade de formação específica. A necessidade de uma formação profissional só ocorreu devido a pesquisas realizadas no campo da psicologia, conforme relata Ortiz (2007, p.13):

Com o advento da função educacional e do apoio de inúmeras pesquisas no campo da psicologia do desenvolvimento, a creche ganhou importância social e uma visibilidade maior, passando a ser considerada um espaço privilegiado para o desenvolvimento infantil. Em função disso, merecia ter uma estrutura e um funcionamento mais adequados, assim como um profissional mais bem preparado, com melhor nível de conhecimento sobre o desenvolvimento infantil.

Atualmente a formação é vista como um direito do profissional de ensino, porque o professor tem a necessidade de se manter atualizado, já que faz parte de sua tarefa ensinar e estudar. E, principalmente, de ser responsável pelo desenvolvimento cognitivo, físico e social da criança.

Essa preocupação com a formação de profissionais da educação está presente na legislação brasileira, tendo maior ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/1996 que situa a necessidade da formação docente. Conforme está indicado no artigo 62:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries.

Outro documento que trata da importância da formação de docente é o Plano Nacional de Educação – Lei nº. 10.172/2001, que ressalta em seu texto a necessidade da formação para que haja melhoria na educação brasileira:

[...] a valorização do magistério. Sem esta, ficam baldados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, a qual implica, simultaneamente, a formação profissional inicial; as condições de trabalho, salário e carreira; a formação continuada. (PNE. 2001, p.63)

Para isso, o PNE (2001, p.67) busca-se através de implementação de Políticas Públicas melhorias na qualificação profissional dos professores, que visam tanto a formação inicial como a formação continuada, pois acredita que ambas são responsáveis para que haja o desenvolvimento educacional no País.

Para disso, acredita que serão necessárias as seguintes condições para que aconteça a educação ideal, conforme citado no Plano Nacional de Educação (2001, p. 77-78):

- 1- uma formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem;
- 2- um sistema de educação continuada que permita ao professor um crescimento constante de seu domínio sobre a cultura letrada, dentro de uma visão crítica e da perspectiva de um novo humanismo;
- 3- jornada de trabalho organizada de acordo com a jornada dos alunos, concentrada num único estabelecimento de ensino e que inclua o tempo necessário para as atividades complementares ao trabalho em sala de aula;
- 4- salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação;
- 5- compromisso social e político do magistério.

E ainda, para o fortalecimento dessa concepção será necessário que a formação inicial consiga superar a dicotomia entre prática e teoria e a separação entre formação pedagógica e formação dos conhecimentos específicos. Já no que diz respeito à formação continuada será necessário à o investimento permanente aos profissionais da educação.

Esse investimento deve acontecer a partir de alguns princípios estabelecidos no Plano Nacional de Educação (2001, p. 68-69):

- a) sólida formação teórica nos conteúdos específicos a serem ensinados na Educação Básica, bem como nos conteúdos especificamente pedagógicos;
- b) ampla formação cultural;
- c) atividade docente como foco formativo;
- d) contato com a realidade escolar desde o início até o final do curso, integrando a teoria à prática pedagógica;

- e) pesquisa como princípio formativo;
- f) domínio das novas tecnologias de comunicação e da informação e capacidade para integrá-las à prática do magistério;
- g) análise dos temas atuais da sociedade, da cultura e da economia;
- h) inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação;
- i) trabalho coletivo interdisciplinar;
- j) vivência, durante o curso, de formas de gestão democrática do ensino;
- k) desenvolvimento do compromisso social e político do magistério;
- l) conhecimento e aplicação das diretrizes curriculares nacionais dos níveis e modalidades da educação básica.

Entende-se que a partir desses princípios estabelecidos, uma das ações prioritárias explicitadas na para a Educação é a promoção da formação e valorização dos profissionais, o que exige acordos e compromissos entre as instâncias formadoras e o Governo Brasileiro, que deve articular e coordenar esses princípios, além do apoio técnico e financeiro a ações desenvolvidas nessa direção.

Assim, a definição de uma Política de Formação do Profissional da Educação constitui uma das tarefas mais urgentes para a implementação da Política de Educação, sendo um desafio a ser enfrentado em busca da melhoria da qualidade de ensino.

4.1 FORMAÇÃO DE EDUCADORES SEXUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os centros de educação infantil e/ou as creches são espaços em que se podem observar as manifestações da sexualidade na criança e, freqüentemente, dúvidas, angústias e dificuldades das educadoras para lidar com as mesmas. Essa sexualidade entendida como uma construção social e cultural é vista, ainda hoje, como sendo um assunto polêmico e cômodo e que traz *tabus*, equívocos, crenças e inseguranças em relação a sua discussão em

sala de aula, principalmente pela forte influência da religião e dos valores distintos de grupos culturais e sociais em que a criança pertence.

No dia-a-dia da escola, os professores têm que lidar com situações que envolvem a discussão acerca da sexualidade, onde ficam diante de situações de como discutir essa sexualidade, do que é normal ou anormal, do que é certo ou errado e o que é natural, quando falamos desse assunto com as crianças pequenas. De acordo com Schindhelm, (2009, p.2):

Cientes de que o trabalho com a sexualidade no contexto escolar é sempre um desafio, que enfatiza a transformação da prática educativa, desvelando os ocultamentos e silenciamentos acerca da temática, de modo a promover a efetiva mediação nos processos de ensino-aprendizagem, apontamos as educadoras como responsáveis pela “mudança” ou pela “estagnação” de conhecimentos e também dos valores, pois ensinam para as crianças como as identidades e saberes podem ser representados.

Ou seja, os profissionais da educação infantil, são os responsáveis por desvendar e mediar à sexualidade em sala de aula, quando a mesma é posta em dúvidas pelas crianças.

Entende-se que educar constitui-se para além do desenvolvimento cognitivo, afetivo, de habilidades, aspectos pessoais e de personalidade, conceitos de atitudes, comportamentos culturais e sociais, padrões, também conceitos relativos à sexualidade, mas como fazer quando o assunto é sexualidade infantil?

Segundo Auad (2005, p. 5):

[...] ao educarmos, somos responsáveis pelos alunos e alunas como “pessoas inteiras”, unidades que devem ser respeitadas e preservadas sempre e a qualquer idade. Tais pessoas são constituídas por corpos, emoções, desejos, vontades e sensações. Isso não se explica em meio à precisão de determinados conteúdos ou disciplinas, mas se aprende, se conhece e se sente mediante as muitas vivências, aí inclusas as horas passadas na escola. Nessa perspectiva, cabe a escola trabalhar corações e mentes, mas também os corpos; sem perceber estes como meros invólucros.

É preciso ver a criança como um ser único e completo e que precisa de explicações acerca da sexualidade, pois essa sexualidade está presente em todos os indivíduos, desde o seu nascimento e em todas as fases da sua vida.

Para Nunes; Silva (2006, p.25):

A sexualidade infantil é muito mais autêntica porque as crianças em geral não precisam provar nada a ninguém e também não estão preocupadas com os padrões de “normalidade” que a sociedade impõe aos adultos. Reprimir a sexualidade da criança é reprimir seu corpo, que se constitui na base real do seu próprio ser, sua relação consigo mesma e sua personalidade. Porque, afinal, não existe uma separação entre a sexualidade infantil e a adulta. Existe sim uma ligação única e uma continuidade entre elas, ou seja, são inseparáveis e conseqüentes.

E, portanto enquanto professores é preciso compreender e se informar sobre o assunto e, assim explicá-lo de forma simples e correta para a criança, sem constrangê-la ou censurá-la pelos seus atos e perguntas. Não se deve censurar a criança sem antes analisar o contexto em que ela está inserida. Hoje vê-se crianças influenciadas para o sexo precoce, por meio da televisão, filmes, desenhos, revistas, programas infantis, dança e música, brinquedos² e, quando essa mesma criança pergunta algo sobre sexo, muitos acreditam que ela não sabe o que está falando e, ainda que esse assunto é delicado demais para ser explicado.

Diante dessa situação a educação sexual vem sendo reconhecida, como um assunto de extrema importância e necessidade e que auxilia no processo de (in) formação, (con) formação, (de) formação de crianças em desenvolvimento, dependendo da maneira em que esse assunto é colocado e trabalho com a criança, eis suas conseqüências que podem ser tanto para (in) formar, (de) formar, (con) formar e ou formar conceitos e valores.

A escola, portanto, enquanto espaço político e pedagógico, deve promover junto aos seus professores informações, questionamentos e reflexões sobre a sexualidade, inserindo em seu currículo princípios

² Pode-se citar a influência da Boneca Barbie que com seu desempenho todo erotizado da mulher perfeita, linda, maravilhosa e que tem um namorado, seduz crianças que deixam outros tipos de brinquedos e brincadeiras para viver o reinado de Barbie.

pedagógicos relacionados à temática e desenvolvendo parcerias com a família para o enriquecimento desse assunto junto as crianças.

Conforme Borges (2002, p. 50):

Ao contrário do que a maioria dos pais e educadores imagina, falar sobre, conhecer e esclarecer não leva à prática precoce da sexualidade. [...] Apesar de a realidade estar sempre contrariando a crença, o senso comum ainda prefere acreditar que o não-dito acarreta menos “estragos” que a verdade. [...] Por isso, tantas crianças ainda são vítimas de abuso sexual e tantas adolescentes engravidam precocemente. Por isso, temos tanta quantidade de sexo apelativo, impessoal e grosseiro que dá a ele, mais do que nunca, cara de coisa feia.

Nesse contexto a escola e seus profissionais devem buscar através de formação contínua e reflexão, uma forma aberta e coerente para trabalhar sobre a sexualidade na escola sempre em comum ação com a família. O professor deve ter acesso as informações e conhecimentos que lhes permitam falar com seus alunos, de forma precisa e, que isso possa ajudar na formação do mesmo.

A criança desde pequena já tem dúvidas sobre o que vê e sente, portanto o professor deve estar atento e assim, não reprimir seus alunos, mais sim informá-los sobre suas dúvidas e anseios sobre o seu corpo e do amigo, ou seja, os professores além de estarem atentos aos alunos e suas dúvidas devem receber uma formação sólida em educação sexual. As escolas devem ter apoio do Governo e das Universidades para que haja a formação adequada e necessária, com a formação de grupos de estudo e principalmente com a realização de encontros e palestras que tratam da temática sexualidade.

Já as Universidades devem inserir em seus currículos, nos cursos de graduação, principalmente nos cursos de licenciatura, de qualquer área do conhecimento, disciplinas que tratem do assunto sexualidade, pois assim os profissionais em formação poderão construir uma leitura mais crítica e coerente acerca desse assunto, ao contrário do que vemos hoje nos cursos de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática proposta para estudo pautou-se em discutir acerca da *sexualidade infantil* na contemporaneidade, suas características mais evidentes a partir de influências midiáticas e, ainda, compreender acerca da formação profissional do professor que atua cotidianamente com crianças, a fim de que sua ação seja intencionada, refletida e crítica.

Ainda, um dos pontos a considerar nessa pesquisa foi a preocupação de que a criança seja vista e tratada como um ser único e, que precisa ser socialmente mediada e estimulada para uma formação mais significativa. Assim, a sexualidade infantil consistiu num dos diversos assuntos que precisam ser melhor compreendido e mediado por professores da educação infantil.

Desse modo, não se pode deixar de tratar com empenho desse assunto junto às crianças, uma vez que, é preciso buscar uma educação de qualidade e que respeite criança em suas descobertas e necessidades.

Por meio da pesquisa foi possível rever a história da infância e sua mudança ao passar dos tempos, onde a criança deixou de ser vista como um “adulto em miniatura” e começou a ser vista como um sujeito em construção e desenvolvimento e com particularidades e necessidades.

Em relação aos assuntos abordados dentro da sexualidade como: a sexualidade infantil, o desenvolvimento psicosssexual em Freud e a cultura midiática, os mesmos proporcionaram um conhecimento novo e muito significativo, onde se conclui que o estudo sobre a sexualidade infantil é extrema importância, pois permite que a criança se desenvolva de forma integral e natural e, principalmente, que os professores da educação infantil devem ajudá-las a compreender essa sexualidade, explicando-a de forma clara e educativa, sem constrangimentos e/ou inibição por parte das crianças.

E, também, os professores precisam elaborar conceitos críticos a partir das influências midiáticas, cuidando para a erotização, por exemplo, não seja estimulada em espaços de educação infantil, quando

crianças são expostas as cenas e conteúdos para adultos e acabam reproduzindo-os e agindo de forma precoce e erotizada. Uma das situações freqüentes em espaços infantis é a ação permissiva e sem controle de músicas que estão em “alta” na mídia, uma vez, crianças acabam levando essas músicas em CDs para a escola e, professores, sem analisar permitem sua audição e reprodução com expressões diversas, muitas vezes, sexualmente provocativas.

Desse modo, é preciso estar atentos a esses assuntos, pois a criança chega a escola já com o contato com a cultura midiática e acaba reproduzindo-o no ambiente escolar, seja por seus comportamentos, vestimentas, linguagens, além de serem seduzidas e, transformadas em pequenos adultos.

Sabe-se, contudo, que o capitalismo investe muito nesse ramo, onde são fabricadas roupas, sapatos, artigos de beleza, que atinge diretamente crianças que querem ficar parecidas com suas mães ou apresentadoras da TV. Mas não é só o meio televisivo que envolve esse comércio de exposição gratuita e precoce da criança. Existem outros meios que também estimulam as crianças: como as músicas, propagandas, programas infantis, brinquedos e brincadeiras, que estão cada vez mais “adultas”, instigando ao comportamento erotizado da criança.

A importância da orientação por parte dos professores da educação infantil é de extrema importância, pois é nessa idade que a criança começa a ter contato com as questões sexuais, pois é desde o nascimento que a criança começa a estimular seus sentidos sexuais através do tato, olfato, paladar, a sexualidade na criança é algo nato e natural que vai aparecendo no seu processo de desenvolvimento e conhecimento do próprio corpo.

Compete aos professores da educação infantil criar e proporcionar um ambiente de aprendizagens e de desenvolvimento integral da criança, sendo esse de forma prazerosa, lúdica e significativa. Para isso, acredita-se que a formação de professores, ligada às questões sexuais é de grande importância, pois se deve permitir à criança o descobrimento e, principalmente, à proteção do seu corpo e de seus amigos, e assim cooperar para o seu processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, este Trabalho de Conclusão de Curso possibilitou refletir acerca de uma atuação comprometida com o desenvolvimento infantil, uma vez que o professor deve ter em sua essencialidade um profundo conhecimento sobre a infância, nomeando a criança como protagonista do ato de conhecer o mundo, bem como as características que envolvem uma compreensão sobre a sexualidade infantil. Cabe a este professor a reflexão contínua e sistemática de sua própria prática, de sua concepção de criança, de educação e, de sexualidade infantil; bem como de seu papel na constituição da formação das premissas para desenvolvimento individual da criança.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela. **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

AUAD, Daniela. **Formação de professoras, relações de gênero e sexualidade: um caminho para a construção da igualdade**, 2005. Disponível em: <http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&catid=4%3Aeducacao&id=18%3Aformacao-de-professoras-relacoes-de-genero-e-sexualidade-um-caminho-para-a-construcao-da-igualdade&Itemid=15>. Acesso em: 08 maio 2010.

AZEVEDO, Heloísa Helena; SILVA, Lúcia Isabel da C. A Concepção de Infância e o Significado da Educação Infantil. **Revista Espaços da Escola**. Editora Unijuí. Ano 9. nº. 34. Out./Dez. 99. p. 34-40.

BORGES, Maria Fernanda Silveira Tognozzi. A sexualidade no cotidiano da escola infantil: o que fazer com ela? In: SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda Silveira Tognozzi (orgs). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRANDALISE, Daniele et al. **Representações de Sexualidade e Educação Sexual das educadoras de Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacao/REPRESENTACOES_SEXUALIDADE_EDUCACAO_SEXUAL_EDUCADORAS_EDUCACAO_INFANTIL.pdf>. Acesso em: 11 janeiro 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998. 2v.: il.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil**: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Disponível em : <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 28 dezembro 2009.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (2001). **Plano Nacional de Educação**. Lei nº. 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. > Acesso em: 23 maio 2010.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Claudia. **Sexualidade(s) e Infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1999. _(Educação em pauta: temas transversais)

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Humanidades, Brasília, 1997, nº. 43. (p. 89-98)

EIBEL, Maria Irene Reginatto. **A importância da Educação Infantil no contexto Educacional e Social**. Disponível em:<http://www.fungab.org.br/comam_net/artigos/Microsoft%20Word%20-%20artigo%20-%20MariaIrene_Eibel15-8.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2010

FERREIRA, Cátia Bairro et al. **Educação Infantil**: Gênero e Lúdico. Disponível em:< <http://ufms.br/gpforma/1senafe/bibliocn/educacaoinf.rtf>>. Acesso em 10 janeiro 2010.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação sexual no dia a dia**. 1ª Coletânea. Moriá Gráfica e Editora Ltda.- Londrina, 1999.

_____. **Formação de educadores sexuais**: adiar não é mais possível. Campinas, Sp: Mercados de Letras; Londrina, PR: Eduel, 2006. (Coleção Dimensões da sexualidade)

FOREST, Nilza Aparecida; WEISS, Silvio Luiz Indrusiak. **Cuidar e Educar**: Perspectivas para a prática pedagógica na Educação Infantil. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev03-07.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

FRISON, Lourdes Maria Bragagnolo. **Corpo, Gênero e Sexualidade na Educação Infantil**.(2009).Disponível em: [:http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/569/395](http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/569/395). Acesso em: 10 janeiro 2010.

GALVÃO, Ana Paula et al. **Cotidiano na Educação Infantil**. Periodicidade Semestral. Número 4 – Ago/Dez de 2001. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/~zeroseis/cotidian4.html>>. Acesso em 10 janeiro 2010.

GTPOS - **Guia de orientação sexual**: diretrizes e metodologia da pré-escola ao 2º grau/ tradução e adaptação Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade e Reprodução Humana. - São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

HAMANN, Fernanda Passarelli. **Erotização da infância**: a história de uma nova forma de ser criança [on-line] Disponível em: <<http://www.multirio.rj.gov.br>>. Acesso em 28 dezembro 2009.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **A LDB e as instituições de educação infantil:** desafios e perspectivas. Ver. Paul. Educ. Fís. São Paulo, supl.4, p. 7-14, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/eef/rpef/Supl42001/v15s4p7.pdf>>. Acesso em: 28 dezembro 2009

KRAMER, Sônia. **A Política do pré-escolar no Brasil:** A arte do disfarce. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Com a pré-escola nas mãos:** uma alternativa curricular para a educação. 11ª ed. São Paulo: Ática, 1998.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade:** um debate contemporâneo na educação. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANGOLD, Maritânia et al. **Sexualidade na Infância.** Universidade do Contestado – Unc – Concórdia/SC, 2007. Disponível em: <http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacaoInfantil/SEXUALIDADE_INFANTIL.pdf>. Acesso em: 28 dezembro 2009

MARAFON, Danielle. **Educação infantil no Brasil:** um percurso histórico entre as idéias e as políticas públicas para a infância. s/d. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/ZjxYEbbk.doc>. Acesso em 06 janeiro 2001.

MINUSCOLI, Maritânia et al. **Sexualidade e Ludicidade na Educação Infantil.** Disponível em: <http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/educacaoInfantil/SEXUALIDADE_LUDICIDADE_EDUCACAO_INFANTIL.pdf>. Acesso em: 10 janeiro 2010.

NUNES, César; SILVA, Edna. **As manifestações da sexualidade da criança:** desafios teóricos e subsídios didáticos para pais e educadores. Campinas, Sp: Século XXI 1997. (Coleção Sexualidade e Educação).

_____. **A educação sexual da criança:** subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Nina Eiras Dia de. Sexualidade Infantil. **Jornal Existencial On Line.** Edição Especial. 15/06/2000. Disponível em: <<http://www.existencialismo.org.br/jornalexistencial/sexualidade.htm>>. Acesso em: 09 janeiro 2010.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

ORTIZ, Cisele. O papel do professor de crianças pequenas. **Revista Pátio:** Educação Infantil, Porto Alegre, v.5, n.13, p. 10-13, mar./jun. 2007.

PINTO, Ênio Brito. **Orientação sexual na escola:** a importância da psicopedagogia nessa nova realidade. São Paulo: Editora Gente, 1999.

PONTES, Aldo. **A educação das crianças na sociedade midiática:** desafios para formação e prática docente. São Paulo. Disponível em: <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/3/33/23_A_educacao_das_criancas_-_Aldo.pdf>. Acesso em 28 dezembro 2009

_____. A constituição da infância na sociedade midiática: notas para compreensão de outro universo infantil. **Rev. Estud. Comun.**, Curitiba, v. 8, n. 17, p. 213-218, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/COMUNICACAO?dd1=1800>>. Acesso em 28 dezembro 2009.

RAPOSO, Ana Elvira Silva. **Sexualidade Infantil:** Formas de pensamento em uma escola para a Educação Infantil e na família da criança. Rio de Janeiro, 2004. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.tesesims.uerj.br/lildbi/.../5/.../255-Ana_Elvira_S._Raposo.pdf>. Acesso em 28 dezembro 2009.

ROCHA, Eloísa Acires Candal. Infância e Pedagogia: dimensões de uma intrincada relação. Florianópolis, **Perspectiva**, v.15, n 28, p.21-33, jul/dez, 1997. Disponível em:< <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/infancia.doc>>. Acesso em 28 dezembro 2009.

RODRIGUES, Renata Pimenta. **Desejo, diferença e sexualidade na Educação Infantil**: uma análise da produção dos sujeitos nas práticas escolares. Porto Alegre, 2007. Dissertação de Mestrado. Disponível em:< <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13294/000643737.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 11 janeiro 2010.

SANTOS, Claudiene; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **A educação sexual pede espaço**: novos horizontes para a práxis pedagógica. São Paulo: Ômega Editora,2000.

SCHINDHELM, Virginia Georg. A Educação Infantil e a Sexualidade. Espaço para aprender?. IX Congresso Nacional de Educação – **EDUCERE**. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR. 26 a 29 de outubro de 2009. Disponível em:< http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2609_1455.pdf>. Acesso em: 08 maio 2010.

SOARES, Ângela da Silva. **Concepção de infância e Educação Infantil**. Disponível em:< <http://www.artigonal.com/educacao-infantil-artigos/concepcao-de-infancia-e-educacao-infantil-1080579.html>>. Acesso em 06 janeiro 2010.

SOUZA, Jane Felipe de. Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil. (1999). Trabalho apresentado na **22ª Reunião Anual da ANPEd**. Caxambu.MG. Disponível em:< <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/SOUZA.pdf>>. Acesso em: 10 janeiro 2010

VEIGA, Aida. Princesas Precoces. **Veja**, Brasil, 01 nov. 2000.

WEREBE, Maria Jose Garcia. **Sexualidade, Política e Educação**. Campinas, Sp: Autores Associados, 1998.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Revista Psicologia em estudo**.v 13, n. 1. Maringá. Jan/mar. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141373722008000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 28 dezembro 2009.